



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS CATU

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CATU
FEV/2017

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CAPÍTULO VI A PRÁXIS PEDAGÓGICA

6. A PRÁXIS PEDAGÓGICA

A prática é inerente a toda área de atuação humana. A diferença entre a prática e a práxis é a função política que nesta última é preponderante.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa da reflexão, do autoquestionamento da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER,1992, p. 115).

Ora, se o Instituto Federal Baiano *Campus Catu* tem como proposta formar sujeitos contextualizados em seu tempo, críticos, participativos, justos e conscientes dos valores morais e éticos, que possam construir um caminho de dignidade e liberdade, que sejam capazes de uma atuação autônoma no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais, precisa apresentar um fazer pedagógico que esteja em consonância com este propósito. Neste sentido, deve-se refletir qual deve ser sua práxis pedagógica.

A práxis pedagógica dialoga com a base epistemológica instituída e com os conhecimentos diferenciados, permitindo que o aprendiz possa inovar e compreender que a construção do conhecimento deve estar mediada pelo pensamento e pela experiência, pela ciência e pela consciência, bem como pela eficácia e eficiência, através das disciplinas, do contexto político, histórico, cultural e social, bem como da formação humanística. (NICOLESCU, 1999)

Nesta perspectiva, sinalizam-se alguns princípios e diretrizes da práxis pedagógica no Instituto Federal Baiano *Campus Catu*. Os princípios lastreiam as ações educativas, funcionam como âncoras para que os propósitos educativos não se esvaíam com o tempo e não se desviem perante forças adversas que possam intervir. As diretrizes funcionam como fios condutores, como caminhos a serem seguidos diante dos contextos sociais, profissionais ou educacionais, diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico, contemplando ações, conteúdos e metodologias de ensino e aprendizagem.

6.1. PRINCÍPIOS DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

O Instituto Federal Baiano Campus Catu compreende a educação como um direito humano fundamental, que deve ser assegurado ao longo da vida e em todos os espaços de convívio social, na perspectiva de promover prioritariamente a emancipação pessoal do sujeito da educação e o desenvolvimento local e regional no qual está inserido. Nesta perspectiva, o IF Baiano Campus Catu fundamenta a práxis pedagógica nos seguintes princípios: compromisso com a educação libertadora; o reconhecimento da heterogenidade como elemento profícuo a aprendizagem; importância da articulação dos saberes, a necessária integração entre teoria e prática.

6.1.1 Compromisso com a educação libertadora

A práxis pedagógica com compromisso com a educação libertadora, se constitui na ação pedagógica com contribuições para o processo de libertação de sujeitos em situação de opressão. Neste sentido, é uma prática que oportuniza o desvelamento da situação de opressão, através da promoção da reflexão sobre as condições concretas da realidade em que se vive, pois é através da sua inserção na realidade, na situação histórica, que se leva à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. A educação libertadora, encampa a luta pela mudança desta situação, conduzida pela prática de transformação desta realidade, ou seja, pela práxis efetiva, que consiste na “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 39) .

Na práxis comprometida com a educação libertadora é preciso acreditar no outro, na sua capacidade de pensar. Macedo (2004, p. 58) traz a necessidade de romper a “subordinação inferiorizante”, e condena a visão monocular de se perceber o *outro* na e da educação, “onde carências, déficits, insuficiências marcadoras são o ponto de partida e de referência”. Dessa forma, o diálogo é o caminho, para a materialização de um trabalho educativo construído com o sujeito

da educação, não mais da educação “para”, mas “com” este sujeito e se enxergando como tal.

Esta concepção exige, uma total ruptura de processos educativos onde o estudante não assuma papel crítico e participativo. É preciso pensar em processos educativos que potencializem o poder criativo do estudante, ao pensamento crítico, ao protagonismo.

6.1.2 A heterogenidade como elemento profícuo a aprendizagem– o trabalho com as divergências, com os conflitos, com a contradição; aproveitamento do potencial da riqueza multicultural.

O reconhecimento da realidade como naturalmente complexa é o primeiro passo para o trabalho educativo que esmera superar o paradigma da homogeneização. A consciência de que a escola é um espaço de pessoas que vivenciam diferentes processos socioculturais, que lhes legam diversos modos de ser e de agir, valores, conceitos e concepções, é essencial para a compreensão de um ambiente onde circulem identidades culturais em movimento, afirmações e transformações que apontam para identificações, conflitos, conchavos, consensos, insurgências, etc.

6.1.3 A articulação dos saberes para a construção do conhecimento: o respeito ao legado, Projetos integradores, Interdisciplinaridade, Espaços multirreferenciais de aprendizagem

O reconhecimento da realidade como naturalmente complexa, é o primeiro passo para a compreensão de que os saberes não podem ser trabalhos de forma estanque, separada, isolada. Assim propõe-se o diálogo entre os saberes, sejam eles constituídos nas vivências das relações sociais cotidianas dos ambientes informais, sejam eles constituídos em ambientes formais de aprendizagem. Neste sentido propõem-se a multirreferencialidade, que parte do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, os saberes constituídos nas relações sociais e no contanto com o meio ambiente. Nesta perspectiva, não se desconsidera a importância dos conhecimentos historicamente constituídos, mas propõe o diálogo com os diversos saberes constituídos nas práticas cotidianas. Dessa forma, a disciplinaridade não atua somente com a questão da *episteme*, mas dialoga com a práxis pedagógica

no espaço educativo, de maneira que a formação acadêmica não é mais um reflexo de uma cultura homogeneizadora, mas de culturas de múltiplos saberes, promovendo para além da formação acadêmica, a educação para as relações etnoraciais, de gênero, de inclusão, do convívio com as questões ambientais e do fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão (IF BAIANO, 2015).

Esses novos saberes não atuam na divisória de um conhecimento superior ou inferior, mas sim na diversidade de perspectivas de modos de ser, pensar e agir, na formação de valores ético-humanísticos, na construção de um conhecimento contextualizado e significativo, que, no mínimo, requer compromisso e responsabilidade social, aproximando teoria e prática, e promovendo a transformação social e o fortalecimento da cidadania e dos princípios democráticos (IF BAIANO, 2015). Na perspectiva da multirreferencialidade, os saberes disciplinares são considerados na mesma dimensão, que os saberes experienciais e o diálogo fundamentado entre estes é o que dá subsídio a construção de conhecimento.

Dessa forma, são bem vindas as iniciativas de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade, de multidisciplinaridade, de todas as formas de promoção da articulação dos saberes, na tentativa de compreensão de um fenômeno que compõe uma realidade mais abrangente.

6.1.3.1 Projetos Integradores

Dentre as diversas atividades que visam a construção do conhecimento pela articulação entre as diversas áreas, o IF Baiano Campus Catu prevê a realização de projetos integradores, que se constituem em atividades planejadas coletivamente, em que se visam a articulação dos saberes que circulam nas diversas áreas do conhecimento, aproximando-se da concepção de interdisciplinaridade, mas não se limitando a esta. Tais projetos estão previstos nos Projetos Pedagógicos de Cursos e se constituem em atividades desenvolvidas através do trabalho coletivo e articulado entre diversas áreas do conhecimento, onde é oportunizado ao estudante a compreensão de fenômenos sobre o enfoque de múltiplos sistemas de referências.

6.1.3.2 Espaços multirreferenciais de aprendizagem.

Para além a interdisciplinaridade, no IF Baiano Campus Catu é bem vinda a compreensão de que a “escola tradicional” não é único espaço de aprendizagem. Daí, o sistema educacional precisa se articular com outros espaços onde permeia a aprendizagem. Dessa forma perspectiva-se o IF Baiano Campus Catu, como um espaço multireferencial de aprendizagem, definido por Fróes Burnham (2000) como espaço social onde diversos sujeitos interagem, e nesta interação aprendem a partir de múltiplos sistemas de referências.

Nesta perspectiva o IF Baiano Campus Catu, agrega a seu espaço físico, o diálogo com outros espaços de aprendizagem trazendo-os para o seu *lócus* ou encaminhando para estes espaços. Dessa maneira o IF Baiano Campus Catu reconhece:

- o local do trabalho como um espaço de aprendizagem, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Por isso a instituição prevê o estágio supervisionado, como uma atividade de aprimoramento da aprendizagem, onde a vivência do estudante como profissionais que atuam na sua área de formação proporcionará a troca de saberes e, em consequência, a construção de novos conhecimentos.
- As visitas técnicas, como atividade que promove a articulação com espaços da atuação profissional ou de formação cultural/social/acadêmica que proporcionem o aprimoramento da aprendizagem. É o caminho do campus à comunidade, ao espaço de trabalho, ou da cultura, ou da política, na perspectiva de compreensão da sua dependência de diálogo para a formação ampliada de seus estudantes.
- a participação política, em órgão ou movimentos estudantis, em grupos de estudos de questões raciais, de gênero, de credo, de ideologia, como atividades promotoras do acesso às múltiplas referências que constroem a formação ampliada. O IF Baiano Campus Catu, tem reconhecido como a participação dos estudantes em atividades/eventos que promovem a discussão sobre temas políticos e sociais contemporâneos tem agregado à

sua formação, a visão analítica, o discurso crítico, o exercício da cidadania, lastreado num sistema de múltiplas referências que são expostas nos ambientes de discussões coletivas como Grêmios Estudantis, Movimento de Ocupação de Estudantes e Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígenas.

- a comunidade como espaço profícuo para a articulação dos saberes e para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão com propósitos educacionais e, como consequência, com contribuição para o desenvolvimento local e regional. Assim, o IF Baiano Campus Catu, busca transitar nos os vários *lócus* da comunidade, onde circulam-se culturas, valores, saberes e fazeres, que se revertem em conhecimentos para os que neles interagem.

6.1.4 Integração entre Teoria e Prática

Resgatando-se o histórico de Educação Profissional, percebe-se como grande avanço a concepção de educação integrada, que tem dentre os seus princípios a superação do paradigma da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. O primeiro fomentado pela formação técnica, o ensino profissionalizante era destinado apenas aos “desvalidos da sorte”. O segundo fomentado pelo ensino da cultura geral, que era direcionado aos filhos das classes hegemônicas. Essa concepção parte de uma visão elitista que predominou até a implantação da LDN nº 9394/96, que destinou um capítulo à Educação Profissional, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país” (BRASIL, 2009, p.5).

Essa superação ganha força, principalmente em duas vertentes. De um lado, o próprio setor econômico busca por profissionais que exercitem suas habilidades cognitivas para lidar com as imprevisibilidades e incertezas dos tempos, e sejam mais versáteis para lidar com as diversas inovações tecnológicas. Este setor já constatou que desenvolvimento econômico está muito atrelado à educação, pois perceberam que “conhecimento e informação, sem dúvida, parecem ser as fontes principais de produtividade e crescimento nas sociedades avançadas” (CASTELLS, 1999 p. 267).

Por outro lado os movimentos humanitários, atentos às mudanças no mundo do trabalho, onde o trabalhador da era industrial, “treinado” para o exercício laboral, perdeu espaço nos postos de trabalho, onde a automação tem substituído o trabalho humano, estão conscientes de que o desenvolvimento intelectual é necessário a sobrevivência do trabalhador. Portanto é instrumento de emancipação do sujeito da educação.

Por um interesse ou por outro, na atualidade não se admite mais uma formação profissional que não valorize esta integração entre teoria e prática.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional contemporânea reconhece que o conhecimento é construído por meio do intercâmbio de informações que os sujeitos articulam, integram e sintetizam, quando em contato com as diversas práticas sociais que vivem. Nesse prisma, a LDB nº 9394/96 e documento legais que regem a Educação Profissional trazem como um dos princípios norteadores da Educação Profissional a indissociabilidade da teoria e da prática, por compreender que a dinâmica da aprendizagem se efetiva quando se articulam essas duas dimensões do saber.

O diálogo permanente entre teoria e prática se constitui como fundamento da transformação da realidade, desde que consciente de sua condição sócio-histórica, e conseqüentemente, de suas determinações sociais. Todos os tipos de conhecimentos, relacionados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados o seu conhecimento através da relação teoria e prática.

A práxis pedagógica deste modo é concebida como mecanismo que promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora, oportunizando a ampliação e aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos. Nesta perspectiva o IF Baiano *campus* Catu, compreende a relação entre teoria e prática como algo indissociável, onde o sujeito necessita de uma formação teórica sólida, para ter uma prática consciente, pois só assim essa relação poderá acontecer.

6.2. DIRETRIZES DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

A palavra diretriz evidencia o caminho a seguir diante dos contextos sociais, profissionais ou educacionais. No que concerne à educação, uma diretriz pedagógica diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico, contemplando ações, conteúdos e metodologias de ensino e aprendizagem.

As diretrizes constituem as “âncoras” para a seleção dos conteúdos curriculares a serem trabalhados por discentes e docentes. Pensadas nessa direção, as diretrizes pedagógicas orientam as ações que constituem os processos educacionais, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Elas possibilitam, aos educadores, alguns caminhos para efetivar a prática educativa, exigindo, assim, um repensar acerca de alguns referenciais para interrogá-la, investigá-la e adequá-la, oportunizando a reflexão e a tomada de decisões acerca dos possíveis conflitos.

As diretrizes para a práxis pedagógica de cada instituição asseguram aos discentes o acesso às mesmas condições de formação, promovendo-os a níveis mais elaborados de conhecimentos e de habilidades intelectual, cultural, política, científica e tecnológica, com contribuições efetivas à formação humana integral, propiciando uma reflexão conceitual, oportunizando uma análise dos processos inerentes à prática educativa.

Nesta perspectiva, o IF Baiano *campus* Catu tem como proposta formar sujeitos contextualizados em seu tempo, críticos, participativos, justos e conscientes dos valores morais e éticos, que possam construir um caminho de dignidade e liberdade, que sejam capazes de uma atuação autônoma no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais em consonância com o PDI da instituição.

A práxis pedagógica dialoga com a base epistemológica instituída e com os conhecimentos diferenciados, permitindo que o aprendiz possa inovar e compreender que a construção do conhecimento deve estar mediada pelo pensamento e pela experiência, pela ciência e pela consciência, bem como pela eficácia e eficiência, através das disciplinas, do contexto político, histórico, cultural e social, bem como da formação humanística. (NICOLESCU, 1999)

Nessa perspectiva, vai-se proporcionando a formação integrada que, articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação particular, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos discentes.

A partir dessa proposta, sinalizam-se algumas das diretrizes principais da prática pedagógica no *campus* Catu: o planejamento pedagógico, a avaliação da aprendizagem, os projetos integradores e a prática profissional. Tais diretrizes definem os rumos condutores das propostas, a fim de poderem materializar, na experiência concreta, os referenciais de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação, idealizados neste PPP e tidos como eixos basilares de todas as ações institucionais articulando ensino, pesquisa e extensão.

6.2.1 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O Planejamento Pedagógico constitui-se um instrumento indispensável ao trabalho educativo, jamais deve ser compreendido apenas como processo burocrático de planejamento formal, mas sim, como instrumento de reflexão do fazer pedagógico.

Segundo Libâneo (1994, p. 222), o planejamento pedagógico é entendido como um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Vasconcelos (2002, p.35), defende que “(...) planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”. Na perspectiva de Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Aranha (2008, p. 41) defende que “mais do que uma ferramenta de trabalho, o planejamento deve ser entendido como postura, como forma de organizar a reflexão e a ação do educador, como estratégia de posicionamento diante da realidade”.

Vasconcelos (2000), sobre o processo de reflexão e de elaboração do Planejamento Pedagógico, aponta três dimensões a serem consideradas: a análise da realidade, que se constitui na reflexão de onde e como estamos; a projeção de finalidades, que corresponde aonde queremos chegar ou a que desejamos alcançar. Esta dimensão está intrinsecamente relacionada aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo; e a elaboração das formas de

mediação, que descreverá como iremos alcançar o desejado ou de que forma iremos chegar às finalidades definidas.

A LDBEN nº 9.394/96, garante a prática do Planejamento no seu Art. 13, prevendo:

os docentes incumbir-se-ão de: II - *“elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”* e V - *“[...] participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.* (BRASIL, 1996)

Também o Art. 67, Título V determina que

competem aos sistemas de ensino promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (BRASIL, 1996)

Neste sentido, a legislação reconhece a importância do planejamento como instrumento intrínseco à prática docente e o aborda sob duas perspectivas: do dever e do direito do professor em planejar. O dever de sistematizar o processo de planejamento em um plano de ensino, disponibilizando-o para a Instituição e o direito de ter na Unidade Escolar tempo e espaço garantidos para a efetivação desse processo.

O IF Baiano Campus Catu considera esses momentos necessários para uma reflexão crítica e coletiva sobre a prática educativa e para o planejamento. Para tanto propõe como espaço e tempo para estes planejamentos, esses espaços: a jornada pedagógica, as reuniões pedagógicas, as reuniões de grupo.

A jornada pedagógica constitui-se em momento de planejamento coletivo, envolvendo todos os profissionais nas ações acadêmicas, docentes, equipe técnico-pedagógica, técnicos-administrativos e gestores. É o momento no qual as ações e as diretrizes de trabalho para o ano letivo são definidas. É um espaço ideal para se garantir o atendimento as prioridades da comunidade acadêmica e os interesses coletivos e essencial para subsidiar a execução do orçamento institucional.

As reuniões pedagógicas são momentos essenciais para o desenvolvimento do planejamento e do replanejamento da prática pedagógica institucional. Nessas reuniões é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes, como, por exemplo, estudos temáticos da docência, quanto permitir a socialização de conhecimentos e troca de experiências. Recomenda-se que estas reuniões aconteçam com frequência semanal, com horários previamente reservados dentro da carga horária dos docentes e dos demais profissionais envolvidos.

As reuniões de grupos, se constituem em momentos de interlocução entre grupos de interesses específicos comuns, como os colegiados de curso, os conselhos de classes, grupos de trabalhos de planejamento de eventos ou de projetos específicos. Trata-se de momentos em que os docentes discutem e definem questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem inseridos nestas atividades e projetos.

6.2.2. Metodologia de Ensino

A prática pedagógica nos cursos ofertados no *Campus Catu* deve se fundamentar na aprendizagem como um processo contínuo de construção de conhecimentos, habilidades e valores. O Campus Catu propõe o uso de meios para alcançar este propósito, fundamentado nos seguintes princípios metodológicos:

- Promoção de atividades diversificadas e atrativas;
- Uso de metodologias desafiadoras, estimulando o pensamento crítico e priorizando a construção do conhecimento de forma ativa e interativa, utilizando estratégias diversificadas como: aprendizagem baseada em problemas, projetos, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de observação e discussão, oficinas, monitorias, aulas expositivas e dialógicas, oficinas, minicursos, seminários, entre outras;
- Articulação das diversas áreas do conhecimento, seja pela abordagem interdisciplinar, transdisciplinar ou multidisciplinar ou ainda pelo diálogo com os saberes do estudante;
- Desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica ou pesquisa com princípio educativo;
- Diversificação dos processos avaliativos;
- Valorização do protagonismo do estudante, na perspectiva da construção da autonomia para o estudo;
- Incentivo ao trabalho em equipe como postura coletiva e desenvolvimento de atitudes colaborativas e solidárias, respeitando a diversidade;

- Contextualização do conhecimento, buscando a significação dos objetos de aprendizagem e a articulação com a realidade vivenciada no local de atuação;
- Utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) como instrumentos potencializadores do processo de ensino aprendizagem e de emancipação do sujeito da educação para atuação na sociedade informatizada.

6.2.3. Avaliação da Aprendizagem

Avaliar é uma ação intrínseca e indissociável a qualquer atividade que vise mudanças. No meio educacional, a avaliação, além de ser parte integrante do processo ensino-aprendizagem, se constitui em um procedimento fundamental de investigação do trabalho educativo. Segundo Jussara Hoffmann,

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação(...) (1992, p. 17). “A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” (HOFFMANN, 1995, p.18).

De acordo com os estudos de Bloom (1993), a avaliação do processo ensino-aprendizagem, apresenta três tipos de funções: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer. Esta avaliação busca identificar a existência, ou ausência, de habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos, é uma ação que inicia o processo avaliativo e verifica se os alunos dominam os pré-requisitos necessários para novas aprendizagens. Ela dá subsídio para a reformulação do plano de ensino, pois tem como principal objetivo, diagnosticar a situação de aprendizagem que se encontra cada aluno em relação ao currículo que está sendo trabalhado.

A avaliação formativa é realizada ao longo do processo, é contínua, e dá parâmetros ao professor para verificar se os objetivos foram alcançados, podendo interferir no que pode estar comprometendo a aprendizagem. Esta função da avaliação visa, basicamente, avaliar se o estudante domina gradativamente e

hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente. Para Jussara Hoffman (2011), a essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com os alunos e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso deles em termos de aprendizagens – na importância e natureza da intervenção pedagógica.

Na perspectiva da avaliação formativa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96 (Art. 24, V –a) estabelece que a verificação do rendimento escolar deve ter um caráter contínuo e cumulativo, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação somativa visa classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final do processo, por meio de notas ou conceitos. Este tipo de avaliação é uma exigência no sistema educacional brasileiro. O atendimento a esta exigência deve ser feito com muita ética e respeito ao estudante, pois a transformação dos resultados da aprendizagem em notas e conceitos devem ser feita de forma transparente, sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo.

O IF Baiano Campus Catu concebe a possibilidade de aplicação dessas três formas de avaliação, a ser escolhida a partir do propósito e da etapa do processo educacional. Além disso, pautando-se na Organização Didática dos Cursos, recomenda a adoção de mais de um meio de avaliação e a utilização de instrumentos diversos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, autoavaliações, provas escritas, provas práticas, seminários, resumos individuais das aulas, participação em eventos, relatório de visitas técnicas, projetos interdisciplinares, dentre outros, de modo que atenda às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do aluno, oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida.

6.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Respalhada na concepção do trabalho como princípio educativo, a comunidade do IF Baiano Campus Catu considera o ambiente da atuação profissional mais um espaço para o aprimoramento da aprendizagem do estudante. Na perspectiva deste aprimoramento os cursos de técnicos e de graduação preveem o estágio nos seus projetos pedagógicos.

O Estágio Supervisionado consiste em um momento de obtenção e aperfeiçoamento de conhecimentos e de competências fundamentais ao exercício da profissão, tendo como função integrar a teoria apreendida em sala de aula à atividade prática. É uma experiência com dimensões formadora e sócio-política, que visa proporcionar ao discente a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolidando assim a sua profissionalização contribuindo para uma formação profissional ética integrada ao desenvolvimento pessoal.

No IF Baiano Campus Catu, a prática do estágio desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC's, contando sempre com a orientação de um professor da área e o suporte administrativo do Núcleo de Relações Institucionais.

6.4.1 Estágio Supervisionado Obrigatório

O estágio supervisionado obrigatório, de acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, também conhecida como Lei do Estágio, é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Para que seja realizado, devem ser preenchidos todos os requisitos necessários, definidos nos Projetos Pedagógicos de cada curso. No IF Baiano Campus Catu todos os cursos de nível médio e superior possuem como requisito para conclusão de curso a realização do estágio obrigatório, com o intuito de propiciar ao discente a complementação do processo ensino-aprendizagem.

6.4.2 Estágio Supervisionado Não-Obrigatório

O estágio supervisionado não obrigatório é uma atividade curricular desenvolvida pelo estudante, em caráter opcional, que visa proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

Ambos os processos de estágio constituem importante instrumento pedagógico pois fomentam a inserção do jovem no mundo do trabalho, atenuando o impacto da vida estudantil para a vida profissional.